

**EM NOME D'A LÍNGUA:
EFEITOS DE UNIDADE E DISTINÇÃO PELA (NÃO) DESIGNAÇÃO
DA LÍNGUA SOBRE A QUAL SE DIZ NA MODERNA GRAMÁTICA
PORTUGUESA (1961) DE EVANILDO BECHARA**

Thaís de Araujo da Costa
Doutorado/UFF
Orientadora: Profa. Dra. Vanise Medeiros

1. Introdução

(...) a língua é tomada como parte da história, e a história significa com a, através da língua. (Payer, 2006, p. 39)

Esta reflexão é fruto de nossa pesquisa de doutoramento desenvolvida no âmbito do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense. Em nossa tese, sob o título “Evanildo Bechara e a(s) *Moderna(s) Gramática(s) Portuguesa(s): autoria, (re)produção, (re)formulação e circulação de dizeres sobre a língua no século XX*¹, a partir da articulação entre a Análise de Discurso (AD) e a História das Ideias Linguísticas (HIL), investigamos o funcionamento do discurso gramatical brasileiro, buscando compreender a relação entre a forma material da gramática², a função-autor (Orlandi, 2007a; Foucault, 2006/2007) que a organiza e o imaginário de língua que nela comparece. Para tanto, selecionamos para análise a 1ª. e a 37ª. edição da *Moderna Gramática Portuguesa*, ambas filiadas ao nome de autor Evanildo Bechara e publicadas em 1961 e 1999, respectivamente. Neste artigo, deter-nos-emos a pensar especificamente a constituição, a partir da (não) designação da língua sobre a qual se diz na gramática, do imaginário de língua projetado na primeira edição da MGP e os efeitos que esse imaginário (re)produz em um espaço de enunciação que se coloca como (trans)nacional.

105

2. Imaginário de língua e língua imaginária

A noção de imaginário de língua e língua imaginária – esta última desenvolvida por Orlandi e Souza (1988) – são por vezes tomadas nos estudos em AD-HIL desenvolvidos no

¹ Tese defendida em maio de 2015.

² Em nossa reflexão, entendemos a gramática enquanto forma material no sentido em que ela se configura como lugar de materialização de discursos sobre a língua e sobre a metalíngua, no qual o linguístico, o histórico e o ideológico se articulam para a (re)produção de sentidos.

Brasil como sinônimas. Em nossa pesquisa, no entanto, fez-se necessário distingui-las. Entendemos, com Pêcheux ([1969]2010), que as condições de produção de um discurso determinam o estado de produção dos seus elementos, os quais se presentificam no dizer através das *formações imaginárias*. Estas, conforme o autor, dizem respeito às imagens de si (*quem sou eu que lhe falo assim ou para que ele me fale assim?*), do outro (*quem é ele para que eu lhe fale assim ou para que me fale assim?*) e do objeto do discurso (*do que eu falo ou do que ele me fala?*) projetadas pelos sujeitos (locutor e interlocutor), a partir de determinados lugares, quando de seus gestos de interpretação. Assim sendo, tomando as noções de imaginário de língua e língua imaginária enquanto objetos do dizer do gramático, propomos, a partir de Mariani, Medeiros e Moura (2011), uma distinção entre essas duas noções.

Embora o imaginário de língua e a língua imaginária que comparecem na gramática se pressuponham, isto é, se signifiquem/sejam significados um em relação ao outro, o primeiro constitui-se como a imagem da língua projetada na gramática pelo sujeito ao se significar/ser significado como autor de compêndios gramaticais; ao passo que a segunda configura-se como a forma organizacional desse imaginário, como aquilo que se toma por língua padrão, língua gramatical, normatizada, sistematizada pelo gramático *na* gramática.

3. Espaço de enunciação (trans)nacional da língua imaginária portuguesa

Os espaços de enunciação, conforme Guimarães (2005, p. 18), são espaços políticos caracterizados pela “disputa pela palavra e pelas línguas”, isto é, pelo direito e pelos modos de nelas dizer. Cabe aqui esclarecer, entretanto, que tomamos o espaço de enunciação em que se inscreve a língua designada portuguesa como *um* espaço (trans)nacional num sentido distinto daquele encontrado nos trabalhos de Zoppi-Fontana (2009), já que a dimensão transnacional, em sua perspectiva, diz respeito à projeção do português do Brasil em outros estados nacionais que necessariamente não têm a língua portuguesa como língua oficial e nos quais, portanto, a língua do Brasil se insere como uma língua estrangeira de comunicação.

Em nossa reflexão, tomamos como objeto não o processo de significação do português do Brasil como língua transnacional, mas o de constituição na gramática do imaginário de língua que tem como forma organizacional a *língua imaginária* designada *portuguesa* na sua relação com os distintos processos de historicização por que passou ao ser significada como língua oficial de diferentes estados nacionais ou ainda, como comparece na primeira edição da

MGP, das chamadas “colônias ultramarinas lusas”³. Assim, entendemos que o espaço de enunciação em que se inscreve essa língua imaginária constitui-se como *um* espaço (trans)nacional porque, apesar de estarem em jogo diferentes espaços, nos quais se encontram em disputa diferentes sujeitos e línguas, essa diversidade deve/precisa ser apagada, administrada, controlada, domesticada em prol da imposição/manutenção de um imaginário de língua comum, homogênea e una.

Observemos ainda que nesse imaginário, embora haja o reconhecimento de fronteiras territoriais entre aquilo que se coloca como “nações” e “povos” ou “colônias ultramarinas”, elas não são tomadas como fronteiras a serem transpostas por uma determinada língua nacional, porque a língua dos diferentes espaços em jogo é significada como a mesma. Tal reconhecimento, portanto, não coloca em questão as suas diferenças constitutivas, mas tão somente aquilo que se diz haver de comum nesses espaços, a saber: a língua imaginária portuguesa. Reconhecer aqui é, pois, dizer sobre as semelhanças. É silenciar a diversidade desses espaços e dos sujeitos que neles ‘habitam’, os diferentes processos de historicização por que essa língua neles passou, bem como as demais línguas em circulação/confronto.

Assim sendo, quando determinamos o espaço em que se inscreve a língua imaginária portuguesa como um espaço de enunciação (*trans*)nacional, referimo-nos não só à tensão entre essa língua e as demais línguas em disputa no Brasil (no espaço nacional brasileiro), mas também à tensão entre estas e as línguas em disputa em outras nações ditas de língua portuguesa (em outros espaços de enunciação nacionais ou, considerando a situação à época da publicação da primeira edição da MGP das chamadas “colônias ultramarinas lusas”, em simplesmente outros espaços de enunciação). O prefixo *trans-*, em nossa reflexão, não diz respeito, em suma, como propusera Zoppi-Fontana (2009), ao transbordamento de fronteiras territoriais por *uma língua nacional* – o português do Brasil –, mas à significação daquela que se diz ser uma mesma língua – a língua imaginária portuguesa –, como “instrumento [de comunicação] (...) comum a mais de uma nação” (MGP, 1961, p. 23) e, ao mesmo tempo, como “língua geral, padrão ou oficial do país” (ibid., p. 25), sem que se diga que país é esse de que se fala. Tal significação, como dissemos anteriormente, opera o silenciamento das diferenças constitutivas desses distintos espaços de enunciação, colocando-os como se constituíssem apenas *um* espaço, *o*

³ Lembremos aqui que à época da publicação da primeira edição da MGP os países africanos que hoje têm a língua portuguesa como língua oficial ainda não haviam conquistado a sua independência

espaço de enunciação (trans)nacional da língua imaginária portuguesa.

Nesse sentido, entendemos que dizer *sobre* a língua na gramática implica a projeção e a imposição de um imaginário que distribui discursividades não só para as línguas em disputa nesse(s) espaço(s) – isto é, nos diferentes espaços nacionais aos quais se sobrepõe o espaço (trans)nacional –, como também para os sujeitos nessas/dessas línguas, estabelecendo e regularizando as relações sociais a partir da produção de um efeito de valorização/desvalorização que significa no cerne de uma sociedade as línguas e os sujeitos que a elas se identificam e que são por elas determinados ao se constituírem enquanto tais.

4. Da análise

Em nossa análise do imaginário de língua na sua relação com a língua imaginária que comparece na primeira edição da MGP, debruçam-nos inicialmente sobre a sua introdução, tomando como dispositivo de entrada na materialidade linguística *enunciados definitórios* (Mariani, 1998)⁴ que voltassem sobre os nomes *língua*, *língua portuguesa* e paráfrases. A análise da introdução colocou para nós uma tensão entre designar e não designar a língua sobre a qual se diz, o que nos levou a percorrer o corpo da gramática em busca de lugares em que essa língua fosse ou não fosse designada. Para tanto, selecionamos, três capítulos de análise, quais sejam: “Fonética e Fonêmica”, “Morfologia” e “Sintaxe”, dos quais recortamos 28 sequências discursivas organizadas em três eixos temáticos. São eles:

1) *Designação do nome da língua*: A designação, tomada aqui, em conformidade com Guimarães (2005), como o processo de historicização pelo qual o nome da língua é (res)significado, coloca em questão um efeito de referencialidade ou, conforme Mariani (1998), de exterioridade, que produz uma ilusão de objetividade da/na língua, isto é, de unidade para o nome e para o objeto – a língua designada portuguesa – a partir de e nesse nome construído, ao mesmo tempo em que esse processo de construção discursivo do referente é apagado.

Quando o nome da língua é dito na 1ª. edição da MGP (“língua portuguesa” ou “português”), o espaço de enunciação em que ela se inscreve é silenciado, de modo a se (re)produzir um imaginário de unidade e homogeneidade que coloca determinados sentidos

⁴ Consideramos como enunciados definitórios, conforme Mariani (op. cit., p. 146), aqueles enunciados que, mobilizados no processo discursivo, valem-se de fórmulas definitórias e produzem “um efeito de ilusão referencial”, contribuindo para a institucionalização de sentidos sobre o que se toma por língua, isto é, para a produção da evidência de que *uma língua é X*.

como uma evidência *da* língua: “assim se diz (ou deve-se dizer) *em português/ em língua portuguesa*”. A diferença na(s)/da(s) língua(s) até comparece, mas a partir da sua determinação no tempo, opondo-se, assim, um “português moderno” a um “português de outrora”. Um e outro, todavia, seriam iguais nos diferentes espaços nacionais, teriam seguido as mesmas tendências variacionistas e funcionariam do mesmo modo.

2) *A não designação do nome da língua associada à determinação do espaço de enunciação*: Quando o nome da língua não é dito, a determinação do lugar onde a língua é falada (no Brasil, em Portugal) ou dos seus falantes (brasileiros ou portugueses) designa metonimicamente o espaço de enunciação – brasileiro ou português – em que ela se inscreve. A projeção do imaginário da língua *em espaço** (Branco, 2013) é o que torna possível o comparecimento na gramática de marcas das diferenças inerentes ao processo de historicização da língua em espaços distintos. Essas marcas, no entanto, ao serem interpretadas pelo gramático na gramática, são significadas como da ordem da fala e/ou do estilo, supondo-se, assim, controlá-las, domesticá-las: não é uma língua outra, são modalidades, possibilidades *da* língua. Nesse ponto, distinguem-se o funcionamento dos capítulos analisados.

Em “Fonética e fonêmica”, a significação do *como dizem* os brasileiros como da ordem da fala é tomada como argumento em defesa da distinção ortográfica, de modo que a pronúncia e a ortografia constituem-se como o lugar possível na gramática de se dizer sobre a língua no/do Brasil. Em “Morfologia”, o *como dizem* os brasileiros é tomado como estilo: na língua há possibilidades e os brasileiros escolhem, preferem uma em detrimento de outras. Nesse capítulo, observamos também a significação da língua no tempo associado ao espaço, filiando-se o que se tem por “português moderno” ao espaço de enunciação brasileiro e o que se diz ser “português de outrora” ao espaço de enunciação português. Em “Sintaxe”, o *como dizem* os brasileiros é significado, quando tomado em relação a um imaginário de falante comum, como da ordem da fala e, quando tomado em relação ao discurso literário, como desvios estéticos-expressivos (Agustini, 2004), restritos à escrita literária, sobretudo daqueles que são significados como escritores modernos. Em ambos os casos, porém, não se admite a produção de efeitos na escrita e, portanto, tendo em vista a relação entre esta e a gramática, *na* língua. Assim sendo, se, em “Fonêmica e Fonética”, a pronúncia e a ortografia – esta na sua relação com aquela – constituem na gramática o *lugar possível* de se dizer sobre a língua no/do Brasil, a sintaxe constitui-se – diremos – como o *lugar do intocável da língua*. Até admite-se que há

distinções sintáticas entre a língua no/do Brasil e a língua em/de Portugal, mas essas são significadas, no caso da colocação pronominal, por exemplo, como fenômenos fonéticos-sintáticos e, portanto, da ordem da fala. Não interferem *na* escrita, não interferem *na* língua.

3) *A designação de uma parte da língua*: Dizer sobre a língua em partes (“língua padrão”, “linguagem coloquial”, “linguagem familiar”, “linguagem falada” etc.) projeta na gramática um imaginário de completude que se funda na ilusão de tudo dizer sobre a língua, já que está pressuposto nesse imaginário o silenciamento da diversidade dessa língua partida e, portanto, que a soma das partes sobre as quais se pode/deve dizer na gramática compõe um todo (Petri; Medeiros, 2013): a língua-toda, o português. Consiste, pois, ao mesmo tempo, numa forma de contornar o *dever-dizer* imposto pela tradição gramatical, fazendo a diferença comparecer na gramática, e de controlar e domesticar essa diferença a partir da sua significação via discurso da estilística. Chamemos atenção aqui para o fato de que, dentre as partes que podem/devem comparecer na gramática, não comparece aquilo que na introdução da MGP, num gesto distinção em relação à chamada “língua geral, padrão ou oficial do país”, é colocado como “língua regional”.

A designação, enquanto mecanismo linguístico por meio do qual se estabelece aquilo que Pêcheux e Fuchs (2010, p. 236) denominou como “pontos de estabilização de processos”, envolve, como nos lembra Mariani (1998, p. 118), outros mecanismos, tais como “substituição, construção de sinônimos e paráfrases determinados pelo interdiscurso”. Assim, na primeira edição da MGP *Língua portuguesa* é substituído, no dizer do gramático, por *português* e por *língua geral, padrão e oficial* do país, mas não pode ser substituído, nem metonimicamente, por aquilo que se coloca como *língua regional, falares regionais* ou *regionalismos*. Estes não são, portanto, tomados, nesse imaginário, sequer como desvios estético-expressivos, como metonímia de língua portuguesa, mas como uma língua outra para a qual não há espaço na gramática, isto é, que nela não pode/ não deve comparecer.

É interessante observar ainda que no corpo da gramática nada se diz em nenhum dos capítulos analisados sobre o *como se diz/escreve* naquelas que na introdução da primeira edição da MGP são designadas como “colônias ultramarinas lusas”. A disputa pelo direito de dizer “em português”/sobre “o português”, bem como pelos modos de dizer nessa língua, se dá entre Brasil e Portugal, entre brasileiros e portugueses. A língua nos diferentes espaços de enunciação de tais colônias é silenciada, assim como o são os seus falantes e, conseqüentemente, os modos

como eles dizem.

5. Dos resultados da análise

A análise dos processos de designação e de não designação da língua sobre a qual se diz na primeira edição da MGP demonstrou que, se, por um lado, a designação da língua pressupõe a estabilização de sentidos, a não designação ou a designação de partes da língua, por outro lado, torna visível o confronto de discursos sobre a língua no/do Brasil. Por meio destes processos – não designação ou designação de partes da língua –, diz-se o que não se pode dizer quando se diz *língua portuguesa* ou outro nome que se inscreva nesse eixo parafrástico. A diferença silenciada pela designação da língua de alguma forma contorna o (in)dizível, fazendo-se significar. Ao mesmo tempo, contudo, ao ser interpretada pelo gramático na gramática, impõe-se que ela seja administrada, domesticada, controlada, passando a, contraditoriamente, corroborar o imaginário de homogeneidade e unidade linguística e, portanto, o efeito de referencialidade produzido pelo nome da língua.

Designar e não designar a língua sobre a qual se diz na gramática constituem-se, então, como estratégias discursivas distintas que materializam e, ao mesmo tempo, colocam em funcionamento no espaço (trans)nacional aquilo que Dias (2007) chama de demanda de gestão das diferenças. Tal demanda coloca em questão políticas de línguas (Orlandi, 2007b)⁵ que apagam o político, as diferenças, a diversidade da língua e das línguas nos diferentes espaços ditos de língua portuguesa, dizendo incluí-los. Ao se dizer na gramática sobre línguas outras que não a chamada “língua geral, padrão, oficial do país”, está-se operando esse apagamento, recortando no dizer o dizível e o indizível “em português” – “na língua padrão”, “em linguagem coloquial”, “em linguagem familiar”, “em linguagem falada” etc. – e, conseqüentemente, determinando como ser e como não ser sujeito nessa/dessa língua. É assim que se produz a ilusão de completude da Gramática e do gramático, que supõe, ao trazer essas línguas outras, tudo dizer sobre a língua. É assim que a Gramática impõe discursividades não só sobre essa

⁵ A noção de política de línguas, tal como proposta por Orlandi (2007d, p. 8), está relacionada ao “sentido político necessário” de toda e qualquer língua para sua constituição enquanto tal. O político, conforme Guimarães (2005, p. 16), é “caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação do pertencimento dos que não estão incluídos”. Trata-se, pois, de um conflito instaurado no dizer entre essa divisão normativa marcada pela desigualdade e uma redivisão a partir da qual se afirma a inclusão dos desiguais, ou seja, a partir da qual, pelo apagamento das diferenças, afirma-se igualdade entre o povo, entre todos, o “pertencimento de *todos* no *todos*” (ibid., p. 17) [itálico nosso].

língua, mas também sobre seus falantes, legitimando e instituindo modos de se dizer “em português”, ao mesmo tempo em que muitos outros são silenciados, significados como da ordem do indizível na gramática, como é o caso dos chamados “falares regionais”.

Referências bibliográficas

a) Obra analisada

BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa (curso médio) – com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira*. 1ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

b) Obras citadas/ consultadas

AGUSTINI. *A estilística no discurso da gramática*. Campinas, SP: Pontes, Fapesp, 2004.

BRANCO, Luiza Kátia Andrade Castello. *A língua em além-mar: sentidos à deriva – o discurso da CPLP sobre língua portuguesa*. 2013. Tese de Doutorado - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas. 2013.

DIAS, Luiz Francisco. Gramática e política de língua: institucionalização do lingüístico e constituição de evidências lingüísticas. In: Eni Orlandi. (Org.). *Política lingüística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007, p. 183-200.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: *Ditos e escritos III - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. pp. 264-298.

_____. *A Ordem do discurso*. 15ª ed. São Paulo: Loyola, 2007.

GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: UNICAMP, 1998.

MARIANI, B.; MOURA, T.; MEDEIROS, V. Habitar uma teoria. In: CASTELLO BRANCO, L.; RODRIGUES, E.; SANTOS, G. *Análise de discurso no Brasil: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas: Editora RG, 2011. p. 293-310.

ORLANDI, Eni P. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos de trabalho simbólico*. 5ª edição – Campinas, SP: Pontes Editores, 2007a.

_____. Apresentação. *Política lingüística no Brasil*. Campinas, SP: Pontes, 2007b. pp. 7-10.

ORLANDI E.P.; DE SOUZA, T.C.C. A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). *Política lingüística na América Latina*. Campinas: Pontes, 1988.

PAYER, M. Onice. *Memória da língua, imigração e nacionalidade*. São Paulo: Ed. Escuta, 2006.

PÊCHEUX, M. Análise automática do discurso (AAD-69) (1969). In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010, p. 61-161.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2010. p. 163-252.

PETRI, Verli; MEDEIROS, Vanise. Da Língua Partida: Nomenclatura, Coleção de Vocábulo e Glossários Brasileiros. *Letras: Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSM*, Santa Maria, n. 46, p. 43-66, 2013. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistalettras/artigos_r46/artigo_03.pdf>.

ZOPPI FONTANA, Mônica Graciela. O português do Brasil como língua transnacional. In: ZOPPI FONTANA, Mônica Graciela (org.). *O português do Brasil como língua transnacional*. Campinas: Editora RG, 2009, p. 13-41.